

# DE ESCRAVO A PRESIDÁRIO: UM TRISTE LEGADO DO ESCRAVISMO

*Leonardo do Amaral Alves*

Graduando em História pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB

E-mail: leonardoamaral1@gmail.com

**Palavras-chave:** Violência. Preconceito. Penitenciária. Racismo.

## **O estágio em arquivos e sua importância para o historiador**

O estágio supervisionado em arquivo é parte essencial para a formação do futuro historiador, por esse motivo, está preconizado na grade curricular do curso de Licenciatura em História e tem como objetivo aproximar o graduando das fontes primárias, tais como documentos escritos, imagens, pinturas, etc., bem como relatos orais. Desta maneira, “o estágio curricular é uma atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 45), o que torna este momento imprescindível, pois tal momento ocorre com o intuito de possibilitar ao graduando em História concatenar teoria e prática no desenvolvimento do saber historiográfico e de prepará-lo para a pesquisa em arquivos e para ampliar os conhecimentos acerca da atuação do professor/historiador. Nessa perspectiva,

[...] o estágio, ao contrário do que se propugnava, não é uma atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, [...] que aponta para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 35-45).

Essa aproximação do estudante de História das fontes históricas, proporciona ao mesmo vivenciar o trabalho do historiador no dia a dia, tendo em vista que o curso de licenciatura em História habilita o estudante deste curso tanto para lecionar a disciplina em escolas, fazendo assim o seu papel de educador, na mediação entre o conhecimento e o educando e vice e versa, como também o habilita para ser pesquisador no campo da História, atuando na produção do conhecimento escrito, que tem por objetivo o retorno à sociedade, de forma a contribuir na sua formação. Por vezes este conhecimento produzido é utilizado em

salas de aulas, desde a educação básica, perpassando pelo ensino fundamental, médio, chegando à universidade, além de proporcionar o entretenimento daqueles que se deliciam com o saber historiográfico.

O trabalho com arquivos, ou melhor, com fontes, sejam elas escritas, orais, iconográficas, audiovisuais, dentre outras classificações, é intrínseco ao cotidiano do historiador, o que nos faz entender o significado e a importância deste momento de estágio para o futuro pesquisador. Além disso, durante a graduação é o único momento em que temos contato com arquivos antes do processo de pesquisa para a confecção da monografia. Considerando então a singularidade deste estágio para o historiador é que pensamos que “a pesquisa no estágio é uma estratégia, um método, uma possibilidade de formação do estagiário [...]” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 46).

Com base na importância do estágio em arquivos e nos conhecimentos construídos ao longo da graduação, é que partimos para este estágio com a intenção de confirmar nossas suspeitas acerca do problema do negro no Brasil e sua relação com as penitenciárias. Por isso, iniciamos nossa pesquisa nos arquivos de detentos do Conjunto Penitenciário de Teixeira de Freitas, afim de analisar as informações contidas nestes arquivos, partindo do pressuposto que cabe ao historiador o trabalho de interpretar as fontes, pois estas “não falam senão quando sabemos interrogá-las” (BLOCH, 2001, p. 79). Assim o seu ofício é encontrar as respostas que objetiva, mesmo quando as fontes não a dizem. A este respeito Reis (2000) relata que o historiador

[...] é um construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos. O fato histórico não é “dado”, assim como o passado não é “dado”. O passado e o fato “dados” não engendram o historiador e a história, mas é o historiador em seu presente que interroga o passado e constrói os dados necessários à prova de suas hipóteses [...] (REIS, 2000, p. 24-25).

Entendemos assim a importância do papel do historiador e do seu trabalho na investigação do passado. Essa investigação requer uma análise acurada das fontes disponíveis para a construção do fato histórico, e essa construção carece das competências do profissional em história. Desta maneira, o trato com

[...] As fontes assumem necessariamente um papel importante, pois a elas estão ligadas as possibilidades da análise e do processamento de dados, e em geral delas depende a contrastação das hipóteses, de modo a garantir a objetividade e a intersubjetividade[...] (CARDOSO, 1991, p. 95).

Neste sentido o trabalho com arquivos assume papel importante, pois é o momento em que o graduando em História alia teoria e prática na construção do seu saber profissional, ou seja, na construção da práxis para que mais tarde possa atuar na sociedade como pesquisador. Dessa forma fica “evidente que a prática da pesquisa, dia após dia, é o melhor caminho para o aprendizado” (PINSKY, 2005, p. 24). Compreendemos desta maneira que a intencionalidade e objetividade da pesquisa exige do pesquisador conhecimento prévio para desenvolver o seu trabalho. Para PINSKY (2005)

O trabalho com fontes manuscritas é, de fato, interessante, e todo historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os momentos passados em arquivos são agradáveis. Grandes obras historiográficas tiveram sua origem nas salas de arquivo, onde muito suor e trabalho foram gastos, após semanas ou meses de paciente e dedicada fase de pesquisa. O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas [...] (PINSKY, 2005, p. 24).

Desta maneira, compreendemos a importância de nossa pesquisa ser realizada em arquivos, com a análise e interpretação de documentos. Isso nos possibilitou partirmos para a nossa pesquisa acerca das desigualdades “raciais” na sociedade brasileira, com recorte espacial em Teixeira de Freitas, pesquisando a respeito dos detentos do conjunto penitenciário desta cidade, e com recorte temporal entre o ano 2000 e o ano de 2007, sendo estas as datas dos documentos analisados, com o intuito de descobrir se há um número maior de pessoas negras e mulatas compondo a massa da população carcerária deste conjunto penitenciário.

### **Uma breve contextualização do problema do “racismo” no Brasil**

O estudo das desigualdades entre classe e cor no Brasil já é algo que vem sendo realizado há algum tempo por pesquisadores das áreas sociais. Há estudos específicos que tratam das desigualdades entre “raças”, mesmo apesar de o conceito de raça não ser mais usual, ao menos institucionalmente. Porém, os estudos apontam que o preconceito de raça continua a existir no campo social e nas mentalidades das pessoas. Uma pesquisa realizada pelo INSPIR (Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial) em algumas capitais do Brasil em 1999 denuncia em seus resultados a diferenciação entre brancos e negros na divisão social, principalmente com relação às oportunidades de trabalho. A pesquisa do INSPIR aponta que:

A coerência dos resultados em nível nacional demonstra, sem qualquer sombra de dúvida, que a discriminação racial é um fato presente, cotidiano, interferindo em todos os espaços do mercado de trabalho.

Nenhum outro fato, que não a utilização de critérios discriminatórios baseados na cor dos indivíduos, pode explicar os indicadores sistematicamente desfavoráveis aos trabalhadores negros, seja qual for o aspecto considerado (INSPIR, 1998, p. 117).

Acreditamos que essa mão-de-obra negra, ociosa devido à falta de oportunidades vai desenvolver alguma atividade que influenciará na organização da sociedade. É evidente que esse contingente de pessoas não se encontra estático, pelo contrário, está se movimentando de alguma maneira na sociedade. Nosso trabalho foi tentar descobrir em que direção parte desse contingente tem se movimentado e as causas dessa movimentação.

As pesquisas revelam que a negligência da sociedade para com a pessoa negra não é recente, ao contrário, já tem uma longa jornada. Estes problemas remontam ainda ao período em que os negros eram trazidos da África em regime de escravidão para construir esse país com seus braços e que após a abolição do escravismo, eles não foram acolhidos pela sociedade como cidadãos, pessoas constituídas em dignidades. Fernandes (2008) em seu estudo acerca do pós-abolição no Brasil, aponta que:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho (FERNANDES, 2008, p. 29).

Ao invés disso o negro e o mulato foram relegados ao segundo ou mesmo terceiro planos, sendo obrigados a subir os morros e formar as favelas. Migraram para as regiões marginais das cidades, formando as periferias e sofrendo com a falta de condições de vida digna, além de serem trancafeados nas prisões. No momento da abolição do escravismo no Brasil, imperava nas sociedades escravistas ou recém saídas do escravismo um preconceito com fundamentação científica, hoje chamado de racismo científico. Com isso os “cientistas fizeram uma hierarquia das raças, em vez de apenas classificá-las como negra, branca, amarela, etc.” (SANTOS apud HUNTLEY, 2000, p. 56), o que classificava o negro como incapaz intelectual, moral, cultural, espiritual ou mesmo biologicamente para se desenvolver na nova ordem. Isso fez emergir a necessidade de se importar uma mão-de-obra branca, vinda

da Europa para suprir as necessidades do mercado de trabalhadores “civilizados”, racialmente superiores. Mais tarde o conceito de superioridade das raças é abolido, porém suas consequências estendem-se aos dias atuais. Devido às desigualdades sociais, a violência tem crescido de forma desenfreada e

Na medida em que a sociedade tem os não-brancos como marginais em potencial, é razoável que as polícias (sobretudo a militar) reservem para estes a sua maior atenção. O problema, contudo, está no crucial fato de que é bem diferente enfrentar um racista em uma seleção para um emprego do que se confrontar com um racista armado e, ainda pior, a mando do Estado (SANTOS apud HUNTLEY, 2000, p. 43).

O problema do racismo no Brasil estende-se tanto no campo do trabalho, quanto no campo da violência, e neste sentido a violência policial tem sido usada contra as grandes massas, que em sua maioria é formada por negros e seus descendentes. Com base nessas informações, a nossa pesquisa objetivou verificar se tais questões são aplicáveis ou não à realidade local. Procuramos fazer essa verificação com informações acerca da população carcerária da cidade de Teixeira de Freitas - Bahia, analisando as relações da sua população com a discriminação por cor. É claro que o período de estágio é um período curto e por isso não possibilitou a análise de vários documentos, impossibilitando uma verificação profunda da situação. No entanto, acreditamos que essa pesquisa sinaliza a permanência do preconceito de cor na sociedade local.

### **O *locus* da pesquisa e sua função social**

A pesquisa foi realizada no Conjunto Penitenciário de Teixeira de Freitas – Bahia, que fica situado a Avenida E, S/N - Kaikan Sul – Teixeira de Freitas – BA. A fundação dessa instituição foi no ano de 2001, sendo uma iniciativa do Ministério da Justiça em parceria com o Governo do Estado da Bahia. Funciona vinte e quatro horas por dia, variando os horários entre os setores. A administração funciona das 08:00hs. às 18:00hs., o restante do período de funcionamento se estende pelo o turno noturno, sendo realizado pelos agentes penitenciários.

Sua clientela é composta de pessoas que cometeram delitos contra o modelo de sociedade vigente, infringindo suas regras de convivência, o que torna necessária a privação da liberdade dessas pessoas segundo essas regras, para que no cárcere possam ser reabilitadas para conviver em “harmonia” com essa sociedade. Dessa forma, a penitenciária torna-se “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis [...]” (FOUCAULT,

2009, p. 217). Nesse sentido, resta-nos saber se a instituição cumpre ou não com sua função social? Essa certamente é uma pergunta embaraçosa, pois esse tipo de reintegração é inconvenientemente indesejável a uma sociedade que supostamente zela pela liberdade e pelos direitos humanos. Isso traz uma perturbação ao clima de “harmonia” idealizado por essa sociedade, e que na avaliação de Foucault (2009, p. 218) “conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E entretanto não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão”.

Mesmo com todos os inconvenientes este aparelho burguês de controle das massas, tem tentado desenvolver algum papel social. Na tentativa de cumprir com a sua função social, esta instituição tem realizado parcerias com empresas locais, que tem aceitado o desafio de participar do processo de ressocialização dos infratores. E como acontece essa parceria? Bem, pelo que constatamos essas empresas parceiras montam oficinas de produção ou dentro da instituição, ou nas proximidades da mesma. Tais oficinas empregam então esses infratores como forma de ajustamento e preparo destes para a vida em liberdade. Além disso, esse trabalho gera alguns benefícios para os presos trabalhadores, como a possibilidade de adquirir uma certa renda, além de ajudar na redução da pena. Porém, o que é que essas empresas ganham ao deixar de empregar uma mão-de-obra que já está ajustada na sociedade para empregar alguém que não se encaixou nos seus moldes? Consciência social? Complacência? Ou será que há algo mais para motivar a ação dessas empresas? Certamente lucram com benefícios fiscais e com a redução dos encargos trabalhistas. No entanto, esse ajustamento social do encarcerado visa transformá-lo em um indivíduo de “bem”, o que justifica a privação da sua liberdade. Desta forma,

[...] A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar”. Além disso a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante (FOUCAULT, 2009, p. 223).

Resta-nos saber se esses objetivos são realmente alcançados, pois verifica-se que vários problemas no interior dessa instituição conspiram para o seu mal funcionamento. Assim, verificamos em nossa pesquisa que um dos grandes problemas enfrentados hoje no conjunto penal é o crescimento da massa carcerária, o que nos leva a compreender que a realidade local não se distancia da realidade nacional tão denunciada pelos meios de

comunicação. Além disso, soma-se a este o problema da insuficiência do quadro de funcionários.

Tal situação necessita de uma atitude imediata da sociedade e do estado. No entanto, o que gostaríamos de colocar em questão é qual seria essa atitude imediata? Seria a construção de novos cárceres ou a realização de políticas que visem resolver esse problema crônico Brasileiro? Parece-nos mais coerente e mais humano que se faça políticas de reparação social, ao invés de remediar esses problemas com a construção de prisões. Pois entendemos, que o superlotamento das prisões acontece pelo fato de que essas pessoas tiveram poucas oportunidades sociais como educação, saúde, trabalho, lazer, etc., ou mesmo que tiveram essas oportunidades que poderiam contribuir para o esvaziamento dos cárceres negadas.

### Sobre a pesquisa

Em nossa pesquisa nos dedicamos a coletar informações da clientela tais como grau de escolaridade, cor da pele, religião, profissão, idade, etc. Transcrevemos também os relatórios social e psicológico dessas pessoas, além de outras informações que pudessem nos ajudar no desenvolvimento da nossa pesquisa. Com isso, foi possível construir uma tabela com os dados que julgamos importantes para alcançar o nosso objetivo. Antes de apresentarmos os dados colhidos, é preciso ressaltar que as informações que constam na tabela foram transcritas como constavam nos documentos originais, não sendo portanto, por nós definidas as nomenclaturas constantes. Verifiquemos na tabela os dados coletados:

Sexo	Religião	Cor da Pele	Grau de Escolaridade	Crimes	Profissão
Masculino	Católicos	Negros	Não Alfabetizado	Homicídio	Trabalhador Rural
6	5	3	3	6	1
Feminino	Evangélicos	Pardos	Alfabetizado	Roubo e Homicídio	Doméstica
4	2	4	2	1	2
	Pentecostal	Pardos Claros	Primeiro Grau Incompleto	Roubo	Pedreiro
	1	1	3	1	1
	Não Tem Religião	Branco	Estudou até a 7ª Série	Tráfico	Doméstica e Trab. Rural
	2	1	1	1	1
		Moreno Escuro	Superior Completo	Porte Ilegal de Arma	Tratorista
		1		1	1
					Professor
					1
					Servente
					1
					Guia Local
					1
					Servente
					1

Tabela com informações acerca da clientela da instituição.

Na análise dos dados foi possível constatar que cerca de 60% das pessoas são do sexo masculino, enquanto 40% são do sexo feminino, e que 50% são de católicos, 20% evangélicos, 10% pentecostal e 20% não tem religião. Além disso, a pesquisa também aponta que 30% eram de pessoas negras e 40% de pessoas pardas, além de 10% de pardos claros, 10% de moreno escuro e 10% apenas de pessoas brancas. Além disso, a tabela também nos informa acerca do grau de escolaridade dessas pessoas. Na pesquisa constatamos que 30% das pessoas não são alfabetizadas, 20% apenas alfabetizada, 30% com o primeiro grau incompleto, outros 10% que estudou até a 7ª série, que portanto também soma-se aos do primeiro grau incompleto e apenas 10% com superior completo. Além do mais a tabela também indica as profissões dessas pessoas, cujas informações indicam que boa parte exerciciam profissões que não exigem um conhecimento intelectualizado para sua realização.

Gostaríamos de ressaltar que os dados apresentados em nossa pesquisa necessitam de um aprofundamento maior, haja vista a realização desta ter sido no período de estágio, que tem uma carga horária insuficiente para uma pesquisa aprofundada. Além disso, havia também problemas com relação aos horários das pessoas que trabalham no arquivo, o que por hora também comprometia o tempo que tínhamos para dedicação na pesquisa. Acreditamos que um aprofundamento na coleta dos dados pode fazer com que haja alterações em algumas informações como por exemplo os 10% com grau superior indicados na tabela. Acreditamos que em um apanhado mais profundo esse não deva ser o valor real de pessoas com esse nível de escolaridade.

Contudo, podemos observar o grande percentual de pessoas negras e pardas compondo este contingente, o que indica a permanência do preconceito de cor em nossa sociedade. De acordo com Abdias do Nascimento (apud HUNTLEY, 2000), militante da causa negra:

A ação do racismo no Brasil, por si só com altos graus de intolerância e perversidade, tentou com todos os recursos que o conhecimento permite anular o homem e a mulher negros na sua dimensão existencial, buscando liquidar a sua memória, a sua identidade, o seu corpo e o seu espírito (NASCIMENTO apud HUNTLEY, 2000, p. 231).

A informação que Nascimento nos traz, juntamente com os fatores indicados na pesquisa, fortalecem a nossa hipótese acerca da perpetuação do racismo baseado na cor na sociedade brasileira, indicando ainda que a realidade local não se faz exceção do contexto nacional. Compreendemos assim, o quanto é preciso que se invista em políticas públicas de reparação social, principalmente no que diz respeito à educação e nesse caso uma educação de



qualidade, comprometida com o desenvolvimento da autonomia humana e com a emancipação plena do povo negro do Brasil.

### **Alguns caminhos apontados a partir da verificação**

Escolhemos uma penitenciária como *locus* do nosso estágio, pelo desejo de realizar uma pesquisa acerca do problema racial no Brasil, contemplando a realidade local. Neste sentido, a pesquisa se realizou porque nós nos preocupamos com as diferenças raciais. Vale ressaltar que no Brasil é bastante complexo se falar em raças distintas, já que o contingente populacional do país é composto pelo cruzamento de várias raças, dando origem a essa população miscigenada que compõe a demografia brasileira, o que torna bastante difícil traçar uma delimitação entre as raças no Brasil, e nem este foi o nosso objetivo.

O que tomamos como base foi a desigualdade baseada no preconceito de cor, o que no senso comum é entendido como racismo. Entendemos que existem vários conceitos de racismo em nossa sociedade, porém nos atemos aqui ao conceito de racismo entendido com preconceito de cor. Logo, o que objetivamos foi identificar os infortúnios trazidos pelo racismo às pessoas negras e mulatas. Apesar das dificuldades, os documentos analisados possibilitou-nos chegar a alguns resultados acerca da realidade carcerária, com informações sobre o problema do preconceito de cor em nossa sociedade.

Podemos assim, verificar que dentro da penitenciária os negros e mulatos são maioria na composição da sua população interna. Além disso, os estudos também apontam que estas pessoas tiveram poucas oportunidades de estudo, fator que pode ter contribuído para a permanência dessas pessoas à margem dessa sociedade, não apresentando possibilidades de mobilidade social, o que pode ter influenciado na inserção destes no mundo do crime.

Além disso, percebemos também que uma parte dessa massa carcerária exerce alguma atividade laborativa, com o apoio de empresas parceiras da instituição. Essas atividades de alguma forma, podem possibilitar àquele que está recluso uma nova chance de reintegração social. Apesar disso, essas atividades laborativas não são suficientes para empregar todo o contingente que compõe a massa penitenciária, o que nos leva a questionar sobre o que é que acontece com o restante das pessoas? Será que elas realmente são ressocializadas, reintegradas à sociedade? Será que após cumprirem suas penas essas pessoas terão melhores condições de vida? Ou será que a vida na penitenciária pode corromper ainda mais as pessoas? Parece-nos que todas essas questões se misturam. Uma minoria consegue se

reintegrar, uma outra, encontra dificuldades e pode então retornar ao mundo do crime, e outra parte não se deixa ou não lhe é permitida a ressocialização pois o próprio sistema o corrompe.

Verificamos que há algumas iniciativas de instituições como a Universidade do Estado da Bahia, que adentra à realidade carcerária com o intuito de promover projetos educacionais na tentativa de promover a autonomia humana a essas pessoas. Porém, percebemos que isso ainda não é o suficiente. É preciso que o estado e a sociedade invistam em políticas para emancipação daquele que está presidiário, como a implantação de escolas dentro das penitenciárias, com professores pagos para educar essas pessoas, com cursos profissionalizantes e até mesmo polos universitários, para que estes possam ter chances reais de ressocialização.

E tão importante quanto isto, é a realização mais que urgente de políticas que visem beneficiar as pessoas que estão fora das cadeias, mas que compõem o grande contingente das periferias do Brasil, possibilitando a essas pessoas uma educação de qualidade, que se equipare à educação daqueles que tem condições de pagar escolas particulares. O bom mesmo seria que toda educação fosse pública, o que obrigaria o estado a fazer investimentos consideráveis na educação. Além do mais, é preciso que se leve também às pessoas das periferias projetos que contemplem saneamento básico, hospitais nos bairros, iluminação pública, segurança, além de projetos de lazer para as pessoas, como quadras esportivas, teatros, bibliotecas, cinemas, centros tecnológicos, etc. Certamente isso contribuiria bastante para a redução da criminalidade, e certamente para a redução da criminalidade das pessoas negras e mulatas.

Em síntese, os resultados dessa pesquisa contribuíram de forma significativa para a nossa formação como pesquisadores, além de apontar sequelas antigas da nossa sociedade que ainda necessitam ser curadas, para que possamos construir uma democracia forte. Entendemos que essa democracia satisfaz apenas os interesses de alguns poucos, e que essa realidade necessita de uma mudança mais que depressa. Enfim, esperamos ainda que tenhamos contribuído com o conhecimento acerca da nossa realidade, possibilitando-nos refletir acerca da situação do preconceito em nosso país, dando-nos a oportunidade de trabalhar para corrigir este problema. No entanto, é importante e urgente dar continuidade às pesquisas nessa área, na perspectiva de ampliar as possibilidades de interlocução com essa realidade que necessita ser revisitada com maior profundidade.

## Referências

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da raça branca)*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. I.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HUNTLEY, Lynn; Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Tradução do prefácio de Candace Maria Albertal Lessa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL - INSPIR. *Mapa da população negra no mercado de trabalho: regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal - outubro de 1999*. São Paulo: INSPIR, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.